

## CIDADES

DF - Invasões

## TOMBAMENTO

Administração determina retirada de portões dos abrigos de carro em dez prédios da SQS 207 e acusa condomínios de invadir área pública

# Garagens condenadas

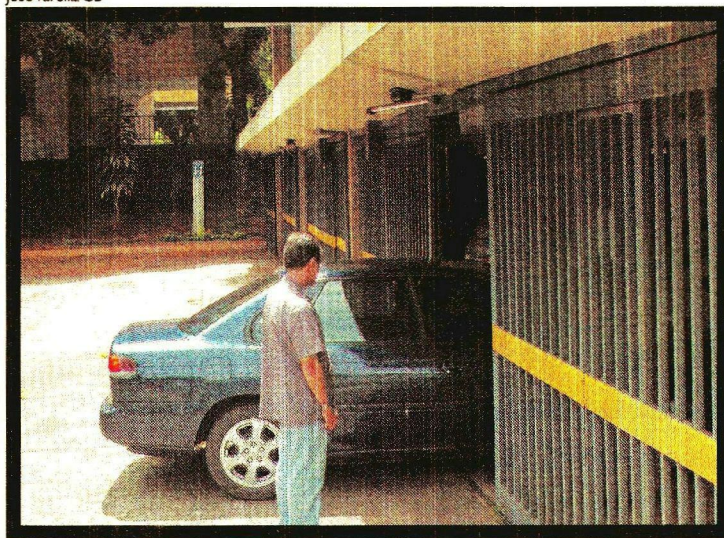
ALINE FONSECA

DA EQUIPE DO CORREIO

José Varella/CB

Os portões eletrônicos das garagens dos blocos da SQS 207 se transformaram em alvo de embate entre a Administração Regional de Brasília e a comunidade local. Na semana passada, dez dos 11 prédios da quadra foram notificados a retirar os portões, e os condomínios acusados de invasão de área pública e agressão ao tombamento do Patrimônio Histórico. O Bloco A foi multado em R\$ 2.090, pelo mesmo motivo. Os moradores pretendem recorrer administrativamente da notificação, com ações individuais.

Segundo a notificação da fiscalização, os portões não estão dentro das projeções e não têm licença específica para ser instalados. A descrição da infração é a seguinte: "De acordo com a Lei 6.766, que trata de parcelamento do solo, qualquer ocupação de área pública por particular, ou seja, privatização, necessita de uma prévia desafetação, o que no caso específico de Brasília é vedado pelo tombamento. O condomínio deve desobstruir o estacionamento coberto, pois não está dentro dos limites da projeção e sim em área pública, ou seja, está construído



FISCAIS ALEGAM QUE ESTACIONAMENTOS ESTÃO FORA DOS LIMITES DA PROJEÇÃO

sem o devido licenciamento."

A Administração Regional deu 15 dias para que os condomínios retirem os equipamentos. O órgão considera os portões irregulares porque ferem o artigo 51 do Código de Edificações do DF (Lei 1.205/98). Pela legislação, as obras em área pública ou privada só podem ser iniciadas depois da obtenção de licenciamento para isso.

A SQS 207 foi uma das últimas quadras a serem construídas na Asa Sul e começou a ser habitada em 1976. Os prédios todos pertenciam à União e eram oferecidos

como moradia para servidores federais transferidos para a capital. Em 1991, depois da Lei 8.025/90 (que permitiu a venda direta dos apartamentos funcionais aos seus ocupantes), durante o governo Collor, muitos funcionários compraram os imóveis. Na década de 80, o governo federal fechou com portões as garagens, limitando-se a utilizar o espaço das projeções.

"Quando compramos os apartamentos, eles já estavam com os portões instalados. Até porque é

uma garagem, não é possível ficar aberta. Com ela fechada já temos roubos nos carros; imagine se ficar aberta", diz o síndico do Bloco H, Pedro Silvério Neto, morador da quadra desde 1983. Ele e os outros dez síndicos reuniram documentos para recorrer da notificação na própria Administração. "Não estamos entendendo qual é a irregularidade", diz Pedro Silvério.

A Administração considera o lugar como estacionamento coberto e por isso os portões estariam irregulares. Os condomínios alegam que a área nunca foi pública e a existência da garagem até consta da planta das projeções dos blocos.

O espaço alvo da polêmica fica no subsolo de cada prédio, é cercado em três lados com paredes e fechado à frente por com eletrônico. "Na minha escritura consta que há uma vaga de garagem e ela está incluída no pagamento do IPTU", explica o síndico do Bloco A, Zeno Holanda Cavalcanti.

A discussão sobre a legalidade de estacionamentos e garagens é antiga na Asa Sul. Em algumas quadras, o projeto original previu estacionamentos cobertos para os moradores e em outras, a comunidade fechou os estacionamentos, transformando-os em privativos.